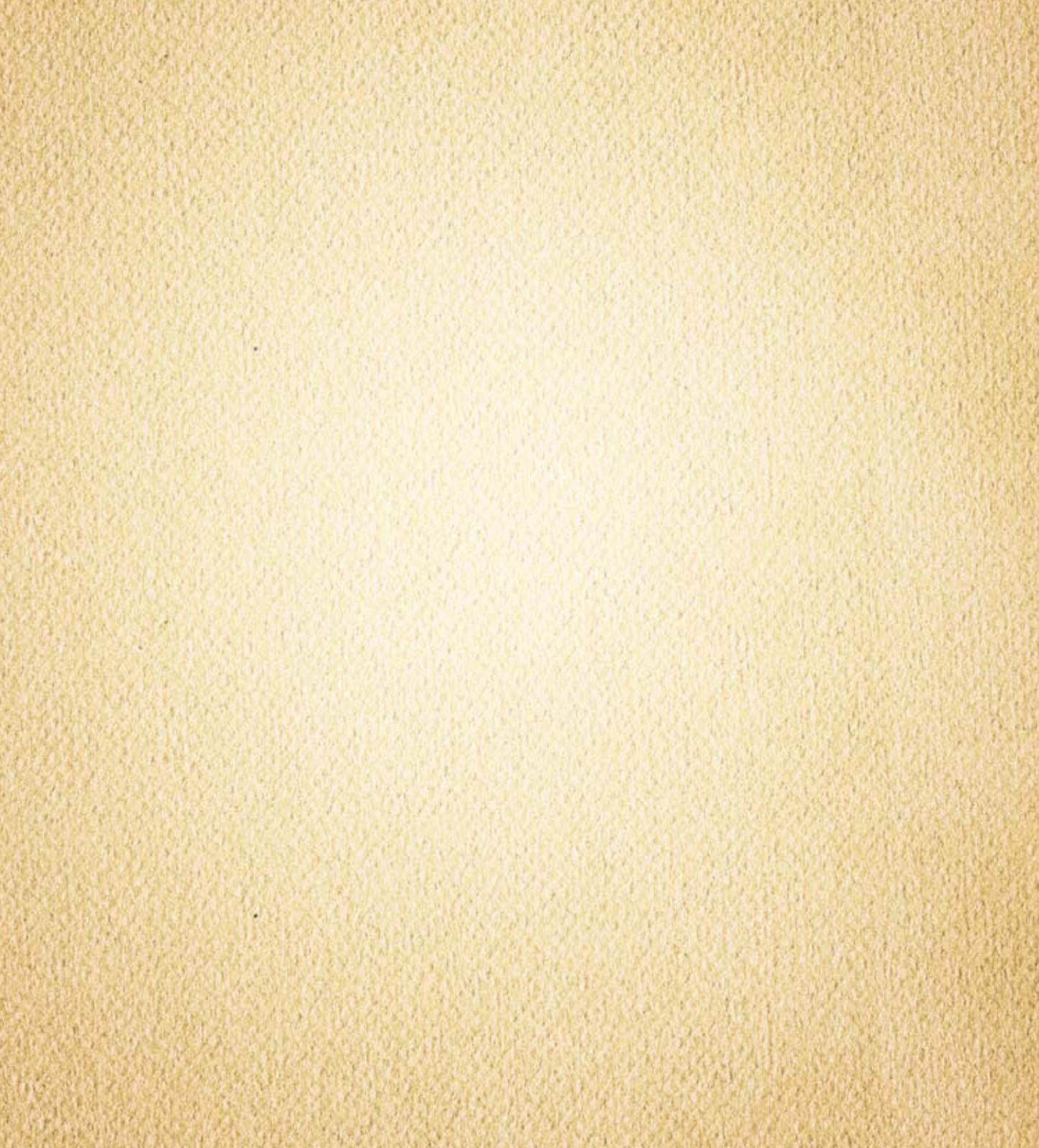


BRASIL MAIOR

Inovar para competir. Competir para crescer.

Conselhos de Competitividade Setoriais



BRASIL MAIOR

Inovar para competir. Competir para crescer.

Conselhos de Competitividade Setoriais

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA



Apresentação.....	7
1. Orientações Estratégicas.....	9
2. Objetivos Estratégicos e Metas.....	11
3. Sistema de Gestão do Brasil Maior.....	12
4. Organização Setorial do Plano Brasil Maior.....	15
5. Coordenações e Diretrizes Estratégicas dos Conselhos de Competitividade Setoriais.....	17
Bloco 1.....	17
Bloco 2.....	39
Bloco 3.....	54
Bloco 4.....	60
Bloco 5.....	64



APRESENTAÇÃO

A adoção de políticas em favor do desenvolvimento industrial e tecnológico é uma das principais vertentes de atuação do governo Dilma Rousseff. Materializadas no Plano Brasil Maior, as ações de apoio à indústria buscam fortalecer a competitividade, acelerar ganhos de produtividade, promover o adensamento produtivo e tecnológico das cadeias de valor, ampliar mercados, criar empregos de melhor qualidade e garantir um crescimento inclusivo e sustentável. Integram um projeto de desenvolvimento nacional baseado na articulação de um conjunto de programas de governo, na mobilização social, na equidade e na criação de um entorno empresarial propício aos investimentos e à inovação.

Avançar nessa direção requer uma estrutura de governança capaz de articular atribuições e competências do Estado e do setor produtivo. A base institucional dessa articulação é composta inicialmente por 19 Conselhos de Competitividade Setoriais e nove Coordenações Sistêmicas, que atuam em permanente interação na proposição e implementação de agendas de trabalho.

Buscando ampliar a convergência de esforços e promover a otimização de recursos, essas instâncias de diálogo público-privado cumprem um papel fundamental na elaboração de diagnósticos alinhados às diretrizes do Brasil Maior. O seu principal desafio é definir agendas estratégicas e rumos tecnológicos de médio e longo prazo, que orientarão a formulação de novas medidas de apoio à competitividade.

O conjunto de propostas do Plano tem por objetivo subsidiar as decisões das instâncias de gerenciamento e deliberação (Comitê Gestor e Grupo Executivo), que contam também com o acompanhamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), composto por representantes do poder público e da sociedade.

A finalidade dos conselhos é atacar os problemas e fragilidades da indústria, melhorando as condições competitivas do País. Desenhando propostas de intervenção eficazes, implementando medidas que viabilizem as diretrizes de inovação e competitividade e monitorando as implicações dos esforços, avançaremos na direção pretendida.

É certo que um cenário internacional adverso impõe enormes desafios, mas o País está pronto para enfrentá-los com firmeza. O potencial da nossa indústria, a determinação dos nossos empresários e a coragem dos trabalhadores brasileiros são elementos que nos fazem confiar nos resultados. Esses mesmos elementos indicam a possibilidade de estabelecer uma convergência nacional de esforços em torno dos propósitos de desenvolvimento e competitividade. A construção conjunta de uma agenda de competitividade no âmbito dos Conselhos de Competitividade Setoriais orientará estratégias públicas e privadas, contribuindo para o sucesso do Brasil Maior.

Os Comitês Executivos e as Coordenações Sistêmicas, instâncias públicas cuja finalidade é sistematizar recomendações de natureza setorial e transversal com foco na inovação e na competitividade das cadeias produtivas, fizeram um trabalho que resultou na proposição das diretrizes estratégicas. A formulação dessas diretrizes derivou do acúmulo de conhecimento em diversos organismos e entidades sobre os setores industriais e tem como objetivo servir de referência para as discussões nos Conselhos de Competitividade.

Este documento, além de sistematizar as orientações estratégicas, os objetivos e as metas do Brasil Maior, apresenta o conjunto de diretrizes setoriais que são o início da construção das agendas estratégicas e tecnológicas de médio e longo prazo. Conferindo transparência à discussão, amplia-se a participação da sociedade brasileira na construção do seu próprio futuro.

1. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

No âmbito da Política de Desenvolvimento Industrial, Tecnológico, de Serviços e de Comércio Exterior para o período de 2011 a 2014, os esforços de mudança de qualidade do crescimento recaem sobre a inovação e a competitividade. Construída a partir do acúmulo de experiências, a nova política se beneficia dos avanços obtidos com a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) – de 2003 a 2007 –, a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) – de 2008 a 2010 – e o Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional (PACTI) – 2007 a 2010.

A ampliação da capacidade de diálogo entre o poder público, os empresários e os trabalhadores, as melhores condições de coordenação e articulação institucional e a construção de estruturas de formulação, acompanhamento e avaliação de políticas produtivas são legados que estão sendo aproveitados e aperfeiçoados neste novo período.

O Brasil reúne de forma única, em escala e diversidade, vantagens que lhe permitem consolidar e acelerar o desenvolvimento em curso. As ameaças externas são conhecidas e exigem cuidados. Porém, a combinação inédita de oportunidades históricas e alicerces sólidos oferece as condições para que o País prepare um novo salto de desenvolvimento econômico e social.

Integrando instrumentos de promoção produtiva e apoio a investimentos em inovação e em capital fixo com instrumentos de estímulo ao comércio exterior e à internacionalização de empresas, o Brasil Maior contribui para a construção de atributos competitivos capazes de viabilizar uma trajetória de crescimento sustentável e inclusivo, puxada pela inovação tecnológica. A inovação e o adensamento produtivo e tecnológico das cadeias de valor são a

força-motriz que pode levar a uma mudança positiva da posição relativa do País na economia mundial.

As orientações estratégicas que direcionam as ações do Brasil Maior são:

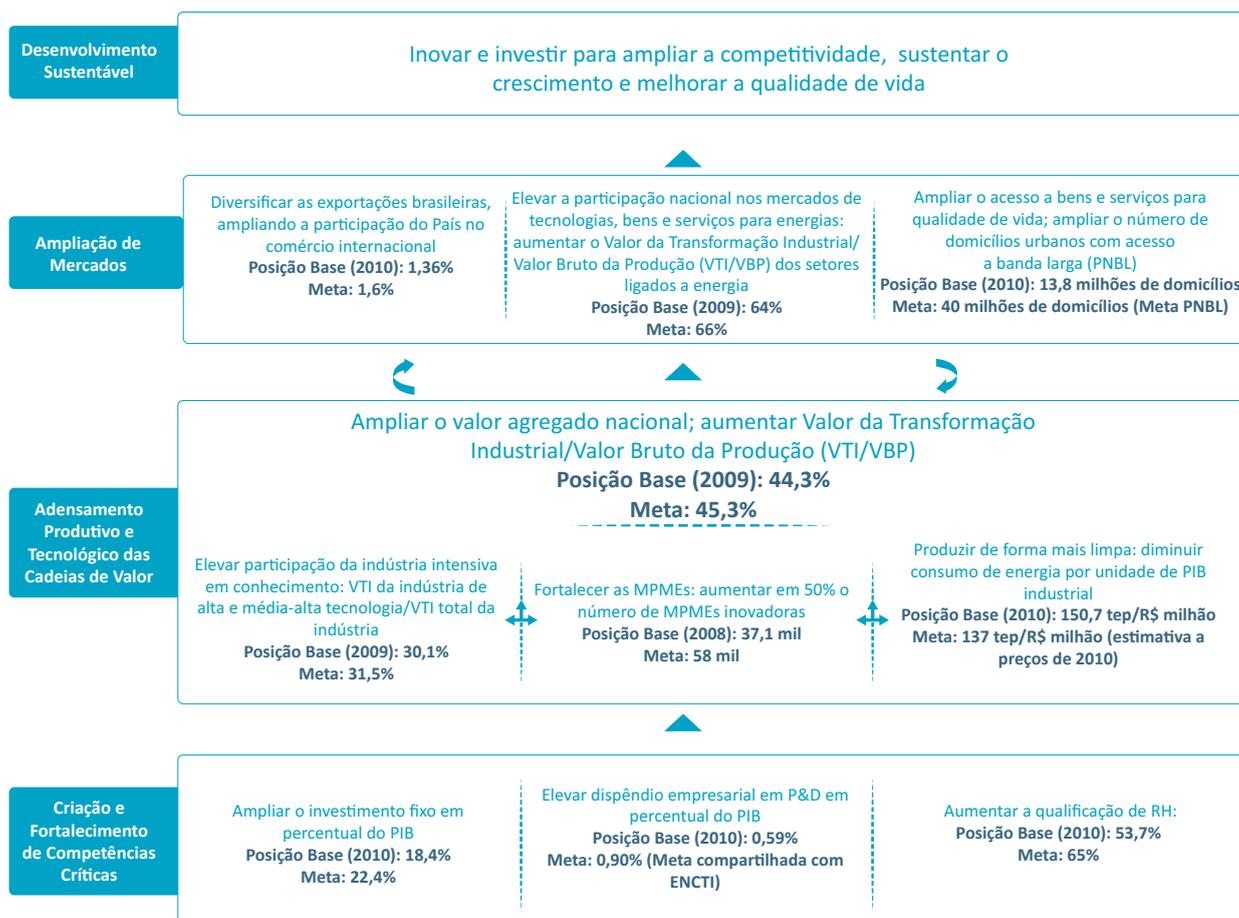
- Promover a inovação e o desenvolvimento tecnológico
- Criar e fortalecer competências críticas da economia nacional
- Aumentar o adensamento produtivo e tecnológico das cadeias de valor
- Ampliar os mercados interno e externo das empresas brasileiras
- Garantir crescimento socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável
- Ampliar os níveis de produtividade e competitividade da indústria brasileira





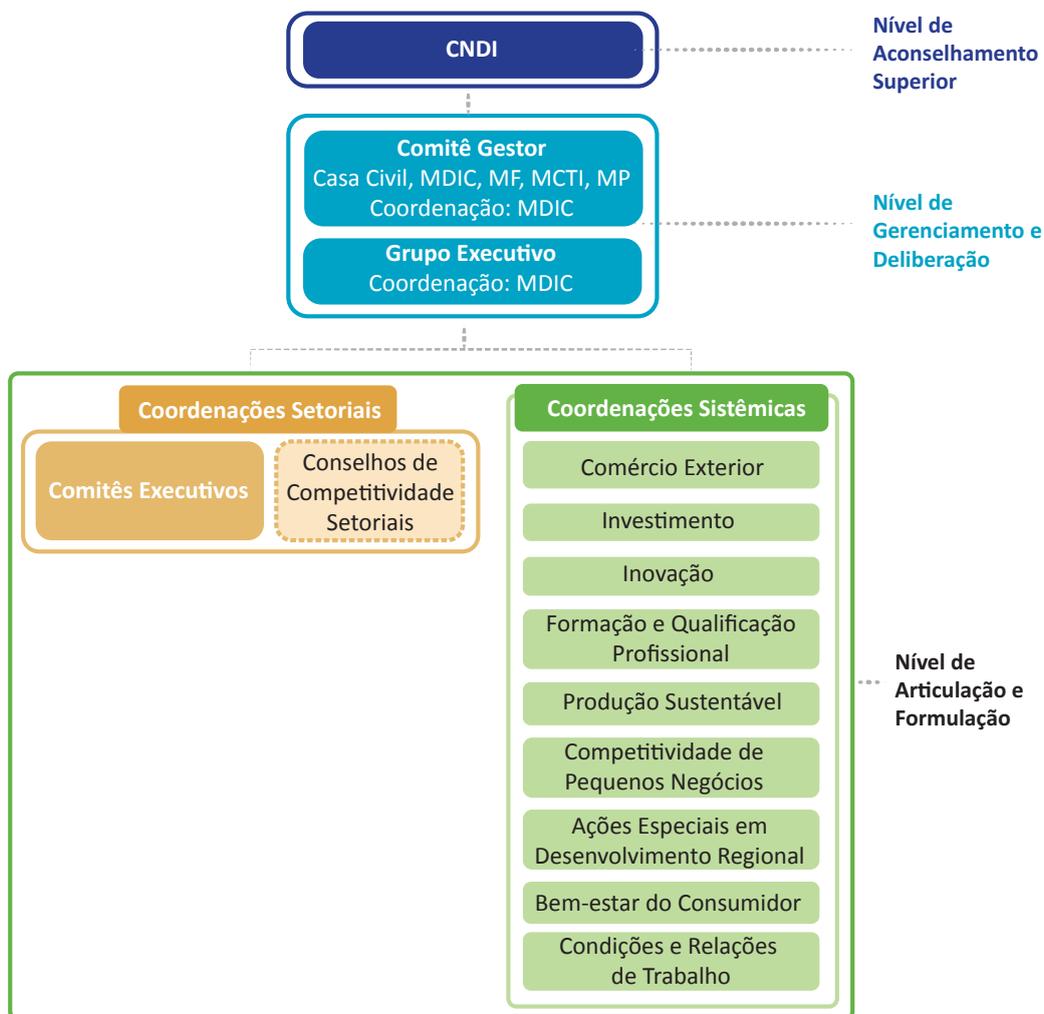
2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E METAS

O Plano Brasil Maior conta com um conjunto de diretrizes estruturantes e de temas estabelecidos na dimensão sistêmica que permitiram definir objetivos estratégicos. A cada objetivo estratégico foi associado um indicador e uma meta, destinados a orientar sua execução e monitoramento.



3. SISTEMA DE GESTÃO DO BRASIL MAIOR

A operacionalização do Brasil Maior se dá em três níveis: articulação e formulação; gerenciamento e deliberação; e aconselhamento superior. Essa organização define o Sistema de Gestão e Governança do Plano, ilustrado na figura:



Cada nível está associado a um rol de funções pré-definidas:

➤ **Nível de Aconselhamento Superior:** Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI)

Formado por 17 ministros de Estado, pelo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e por 18 representantes da sociedade, o CNDI é a instância superior de aconselhamento institucional do Plano Brasil Maior. Cabe ao colegiado estabelecer orientações estratégicas, subsidiando as atividades do Sistema de Gestão.

➤ **Nível de Gerenciamento e Deliberação:** Comitê Gestor e Grupo Executivo

O Comitê Gestor (CGPBM) é integrado pelos titulares dos seguintes órgãos: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), que o coordena; Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Fazenda (MF); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP); e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

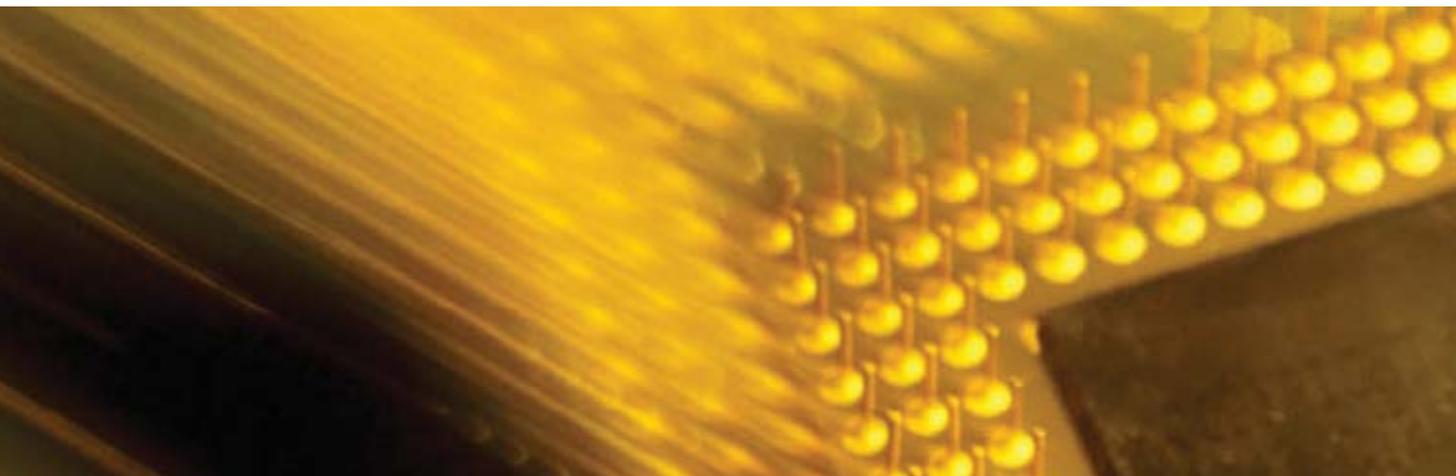
Compete ao CGPBM, fundamentalmente: aprovar programas relativos ao Plano, assim como suas metas e indicadores; acompanhar e supervisionar sua implementação; promover a articulação entre as ações do Brasil Maior e entre essas e as demais ações transversais do governo federal; avaliar o desempenho do Plano e determinar ajustes pertinentes ao Grupo Executivo; dispor sobre a estrutura e o funcionamento dos Conselhos de Competitividade Setoriais e dos Comitês Executivos; e aprovar o Regimento Interno do Grupo Executivo.

› **Nível de Articulação e Formulação:** Comitês Executivos, Conselhos de Competitividade Setoriais e Coordenações Sistêmicas

O nível de articulação e formulação é a base institucional para a concertação intragovernamental e a articulação entre o governo, o setor privado e a sociedade civil. No âmbito governamental, os Comitês Executivos Setoriais constituem a linha de base. Em permanente interação com os Conselhos de Competitividade Setoriais correspondentes (instâncias de diálogo público-privado), os comitês têm como atribuição a formulação e a implementação de uma agenda de trabalho setorial para o desdobramento dos objetivos e da orientação estratégica do Brasil Maior nas respectivas cadeias de valor.

Antes de apresentar suas proposições para o Grupo Executivo do Plano, o gestor de cada Comitê Executivo deverá interagir com o Conselho de Competitividade correspondente, recolhendo contribuições e buscando convergências, de modo a garantir que as reivindicações e propostas de empresários e trabalhadores sejam analisadas e efetivamente consideradas, quando adequadas às orientações estratégicas.

As Coordenações Sistêmicas, por sua vez, têm como finalidade subsidiar o Grupo Executivo na definição de ações transversais do Plano, ou seja, que apoiam todas as cadeias produtivas.





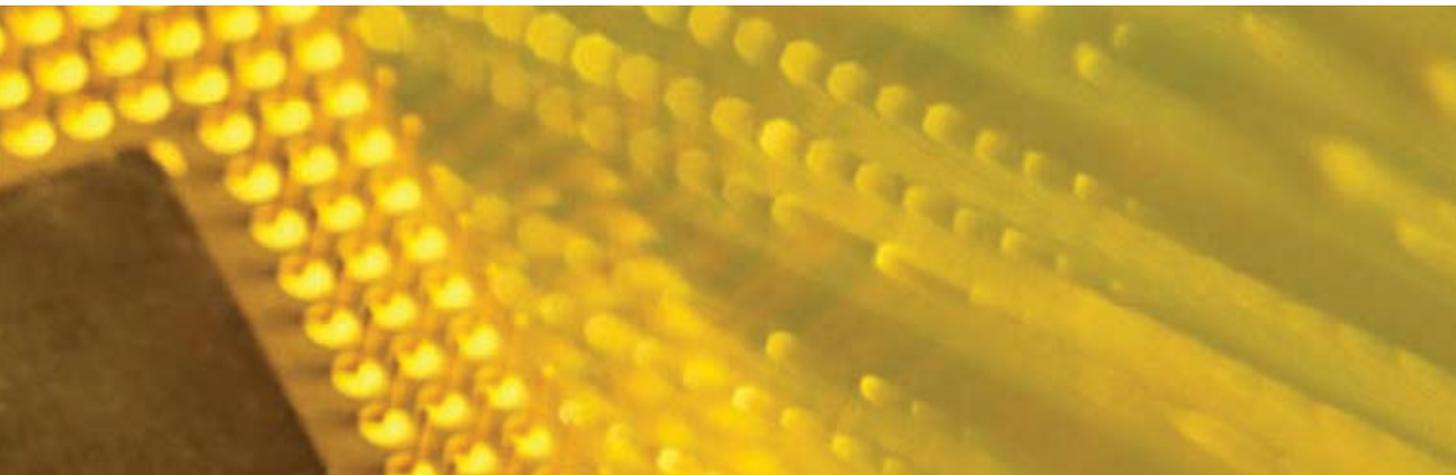
4. ORGANIZAÇÃO SETORIAL DO PLANO BRASIL MAIOR

O Brasil Maior organiza-se em cinco blocos, em função de suas especificidades técnicas e da sua capacidade de transformação da estrutura industrial e de serviços especializados.

Os blocos chamam a atenção para características setoriais relevantes e ajudam a ordenar o processo de formulação de propostas de programas e projetos que envolvam mais de um setor.

Veja a seguir os Blocos de Sistemas Produtivos:

- Bloco 1: Sistemas da Mecânica, Eletroeletrônica e Saúde
- Bloco 2: Sistemas produtivos intensivos em escala
- Bloco 3: Sistemas produtivos intensivos em trabalho
- Bloco 4: Sistemas produtivos do agronegócio
- Bloco 5: Comércio, logística e serviços



> Setores por bloco



Cada Conselho de Competitividade Setorial será responsável por elaborar, levando em conta os objetivos e metas do Brasil Maior, a agenda estratégica setorial. Cada agenda conterá proposições de medidas capazes de contribuir, no âmbito da cadeia produtiva, para alcançar um ou mais objetivos estratégicos do Plano.

Embora os conselhos estejam sendo implantados formalmente em 2012, os respectivos Comitês Executivos, formados a partir do acúmulo de conhecimento das experiências dos Fóruns de Competitividade, trabalharam desde o lançamento do Plano Brasil Maior na formulação de diretrizes estratégicas que servirão de base para a elaboração das agendas de trabalho no âmbito de cada Conselho de Competitividade.



5. COORDENAÇÕES E DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DOS CONSELHOS DE COMPETITIVIDADE SETORIAIS

Bloco 1

Petróleo, Gás e Naval

Coordenadora: Heloísa Menezes (MDIC)

Vice-coordenador: Ricardo Cunha da Costa (BNDES)

Diretrizes

A. Aumento da produtividade e da participação das empresas nacionais no fornecimento de bens e serviços na cadeia de petróleo, gás e naval

- Aperfeiçoar os regimes especiais relacionados à cadeia de petróleo, gás e naval
- Reduzir os custos ao longo da cadeia
- Fortalecer a engenharia nacional consultiva e de projetos
- Aumentar a capacidade instalada e da produtividade nos estaleiros e EPCistas nacionais
- Apoiar a formação de grandes empresas nacionais de bens e serviços para a cadeia
- Aumentar a visibilidade das oportunidades da demanda e da oferta nacional de bens e serviços para a indústria brasileira

B. Promoção da internacionalização de empresas brasileiras e atração de investimentos estrangeiros na cadeia de petróleo, gás e naval

- Desenvolver plano de atração de investimentos em segmentos estratégicos, com foco na transferência de tecnologia
- Fomentar a formação de empresas prestadoras de serviços de manutenção e assistência técnica no País
- Promover as exportações de bens e serviços para mercados potenciais, com foco no aumento da escala
- Fortalecer a integração produtiva com o Mercosul e a América Latina

C. Fomento à inovação e ao desenvolvimento tecnológico na cadeia de fornecedores

- Fomentar o desenvolvimento tecnológico em atividades com potencial de agregação de valor e de transbordamento para outros setores industriais
- Reforçar iniciativas de fomento à inovação aplicáveis à cadeia e incentivo à cooperação entre empresas, centros tecnológicos e universidades

D. Desenvolvimento de polos produtivos e tecnológicos a partir das características regionais

- Formar e desenvolver polos empresariais voltados para a cadeia de fornecedores com foco em escala, competitividade e sustentabilidade

- Estimular a melhoria contínua da gestão das empresas da cadeia
- Formular políticas de acordo com a natureza das Micro e Pequenas Empresas (MPEs)
- Fomentar a criação, junto aos polos produtivos, de institutos tecnológicos voltados à pesquisa industrial aplicada

E. Fomento à qualificação profissional

- Capacitar recursos humanos em nível técnico e superior (com foco em engenharia) para especialidades demandadas pela cadeia, em articulação e complementaridade com o Programa de Mobilização da Indústria de Petróleo e Gás Natural (Prominp)



Complexo da Saúde

Coordenador: Carlos Augusto Grabois Gadelha (MS)

Vice-coordenadora: Heloísa Menezes (MDIC)

Diretrizes

A. Fortalecimento do parque produtivo de fármacos (bioprodutos e químicos), medicamentos, equipamentos, hemoderivados, vacinas e materiais de uso em saúde no País

- Articular ações de fomento, poder de compra, regulação e infraestrutura tecnológica para aumentar a competitividade do Complexo Industrial da Saúde
- Instituir Programa para o Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (Procis)
- Ampliar o domínio das etapas essenciais e do conteúdo tecnológico dos processos produtivos
- Promover a regionalização da produção e inovação em saúde por meio das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo
- Apoiar centros de farmacologia, pesquisa clínica, escalonamento de produção e protótipos em saúde

B. Utilização do poder de compra governamental para aquisição de produtos e serviços estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS)

- Estabelecer parcerias para o desenvolvimento produtivo
- Aplicar margem de preferência

- Aprimorar o marco regulatório para a utilização do instrumento de encomendas tecnológicas

C. Fortalecimento da produção pública mediante a qualificação da gestão e ampliação de investimentos, para atender as demandas do SUS

- Instituir o Procis
- Consolidar a Rede de Equivalência e Bioequivalência (REQBio) e as redes tecnológicas de suporte à inovação
- Ampliar a capacidade analítica do Laboratório de Análise de Insumos Farmacêuticos (Laif)

D. Prospecção e monitoramento tecnológico para orientar a política de inovação e acesso universal aos produtos para saúde

- Promover ações de cooperação técnica para a garantia da qualidade e segurança de dispositivos médicos submetidos ao regime de controle sanitário, no âmbito da Portaria Interministerial MS/MDIC nº 692, de 08/04/09



Automotivo

Coordenador: Paulo Sérgio Coelho Bedran (MDIC)

Vice-coordenador: Haroldo Fialho Prates (BNDES)

Diretrizes

A. Fortalecimento da cadeia de autopeças

- Analisar medidas para redução do custo de aço, do plástico e da energia
- Aumentar o investimento na produção de componentes eletrônicos
- Avaliar a situação fiscal das empresas e atenuar ineficiências produtivas e de gestão de Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) de autopeças, visando a produtividade
- Implantar sistema privado de certificação de origem
- Implantar sistemas de aferição do real conteúdo regional de peças nos produtos automotivos (certificação privada e rastreabilidade, dentre outros)
- Ampliar a certificação de qualidade

B. Estímulo ao aumento das exportações de veículos e autopeças

- Negociar a ampliação de acordos bilaterais de comércio
- Diversificar os destinos das exportações



C. Aumento da inovação, da agregação de valor e de tecnologia, da segurança e da eficiência energética dos veículos produzidos no País

- Aprimorar o marco regulatório para segurança e eficiência energética
- Apoiar atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e engenharia/TIB (Tecnologia Industrial Básica)
- Incentivar a produção e a comercialização de veículos híbridos e elétricos
- Atrair centros de P&D de montadoras e sistemistas
- Incrementar o desenvolvimento, a produção e o uso de ferramentaria local

D. Aumento da capacidade produtiva

- Modernizar o parque fabril automotivo
- Priorizar projetos com agregação de valor no País, na concessão de financiamentos e incentivos
- Criar mecanismos de incentivos que induzam a renovação de frota e a reciclagem de veículos leves e pesados

E. Formação e qualificação da mão de obra

- Fortalecer a engenharia nacional voltada para a cadeia automotiva
- Formar e aprimorar a mão de obra técnica, com especial atenção às novas profissões

Defesa, Aeronáutico e Espacial

Coordenador: Murilo Marques Barboza (MD)

Vice-coordenadora: Maria Luisa Campos Machado Leal (ABDI)

Diretrizes

> Defesa

A. Desenvolvimento e aquisição de produtos de defesa, com tecnologia nacional

- Assegurar o reequipamento das Forças Armadas
- Ampliar os instrumentos financeiros de apoio a projetos de P&D pré-competitivos de empresas da Base Industrial de Defesa (BID)
- Ampliar os instrumentos financeiros de apoio ao desenvolvimento de tecnologias de interesse da defesa nacional por empresas da Base Industrial de Defesa, em projetos próprios ou em parcerias de risco, em iniciativas mobilizadoras

B. Desenvolvimento das empresas estratégicas para a defesa nacional

- Evitar a descontinuidade de atividades produtivas e tecnológicas estratégicas desenvolvidas por empresas nacionais
- Apoiar a diversificação de mercados das empresas estratégicas de defesa, para que atuem também em segurança e em aplicações civis e acessem o mercado externo
- Apoiar o fortalecimento das empresas estratégicas de defesa, por meio de programas específicos, incluindo melhoria de sua estrutura de capital

- Incrementar a capacitação tecnológica das empresas estratégicas de defesa - recursos humanos e infraestrutura de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I)

C. Adensamento produtivo e tecnológico da cadeia produtiva

- Desenvolver sistema de inteligência tecnológica, industrial e comercial para subsidiar as decisões das Forças Armadas sobre requisitos dos produtos de defesa, encomendas tecnológicas e negociações dos acordos de *offset*
- Apoiar as exportações de produtos de defesa, particularmente os de caráter estratégico, para superar restrições de escala produtiva
- Estabelecer programas mobilizadores do potencial nacional, envolvendo instituições de ciência e tecnologia militares e civis e empresas da Base Industrial de Defesa
- Incentivar a criação e o fortalecimento de incubadoras de empresas de base tecnológica para o desenvolvimento e fabricação de produtos de defesa





> Aeronáutico

A. Elaboração e implementação de Programa de Plataformas Tecnológicas para a indústria aeronáutica brasileira

- Adequar a institucionalidade visando direcionamentos tecnológicos para P,D&I de interesse comercial, de aplicações civis e do setor de defesa do País
- Elaborar projeto de plataformas demonstradoras tecnológicas, com a identificação de projetos estratégicos
- Estabelecer condições similares às praticadas nos países líderes no setor aeronáutico para o apoio aos projetos de plataformas demonstradoras de tecnologias, com a definição das fontes de financiamento

B. Estímulo ao adensamento produtivo e tecnológico da cadeia produtiva aeronáutica brasileira

- Desenvolver programas de apoio à cadeia de fornecedores nacionais
- Ampliar vagas no ensino técnico, superior e de pós-graduação em engenharia aeronáutica, no País e no exterior
- Disseminar informações que facilitem o acesso de recursos públicos para P,D&I e investimento produtivo

- Estimular o fortalecimento econômico e financeiro de empresas nacionais, inclusive por meio de fusões, aquisições e associações

C. Aprimoramento do registro de propriedade intelectual no Brasil

- Disseminar a cultura de propriedade intelectual e de obtenção de marcas e patentes no Brasil e no exterior, considerando as peculiaridades setoriais
- Capacitar os atores do setor aeronáutico quanto ao uso adequado da informação tecnológica contida em documentos de patentes

D. Incentivo ao crescimento do setor aeronáutico brasileiro no mercado doméstico e externo

- Ampliar as ações e instrumentos para a internacionalização e promoção comercial do setor aeronáutico
- Disseminar, em especial para as MPMEs, informações sobre os mecanismos de garantia e financiamento público para exportações
- Ampliar as vendas de aeronaves para a aviação regional por meio de incentivos, da revisão do marco regulatório da aviação civil e da modernização da infraestrutura aeroportuária

> Espacial

A. Adensamento produtivo e tecnológico das cadeias de valor

- Usar o poder de compra governamental para estimular produção de sistemas espaciais completos, por empresas integradoras
- Promover programas mobilizadores e estruturantes com desafios tecnológicos às empresas e institutos de pesquisa
- Estimular a produção em escala industrial de sistemas espaciais (foguetes de sondagem suborbital – VSB-30, Veículo Lançador de Microsatélites – VLM, Plataformas de Satélites Multimissão – PMM)
- Incentivar a exploração comercial de serviços e produtos associados às atividades espaciais
- Aperfeiçoar instrumentos legais que assegurem a preferência nacional nas aquisições dos produtos de caráter estratégico do setor espacial

B. Domínio de tecnologias críticas e estratégicas

- Fomentar a integração e coordenação de programas de pesquisa e desenvolvimento entre universidades, institutos de pesquisa e empresas
- Capacitar e ampliar os recursos humanos especializados para o setor espacial
- Ampliar os recursos do Fundo Setorial Espacial
- Utilizar mecanismo de *offset* (compensação industrial e tecnológica) nas compras governamentais do setor espacial

C. Consolidação do setor espacial como de interesse estratégico e geopolítico de Estado

- Criar o Conselho Nacional de Política Espacial
- Aperfeiçoar e fortalecer a governança do programa espacial
- Evitar a descontinuidade de atividades produtivas e tecnológicas estratégicas desenvolvidas por empresas nacionais
- Desenvolver sistema de inteligência tecnológica, industrial e comercial para definição de estratégias que subsidiem decisões sobre requisitos dos produtos e serviços espaciais, encomendas tecnológicas e negociações dos acordos de *offset*

Bens de Capital

Coordenador: William George Lopes Saab (BNDES)

Vice-coordenador: Nilton Sacenco Kornijezuk (MDIC)

Diretrizes

A. Fortalecimento das cadeias de componentes

- Desenvolver os segmentos industriais que realizam:
 - a. processos de conformação dos materiais (fundição, forjaria, laminação etc)
 - b. processos de usinagem dos materiais (torneamento, aplainamento etc)

- c. processos de união dos materiais (soldagem, adesivos etc)
- d. confecção de sistemas de controle e automação
- Desenvolver outros setores correlatos (plástico, vidros etc)

B. Harmonização das regras de conteúdo local

- Eliminar a dissonância entre os entes regionais e federais, na adoção de peças de conteúdo local
- Aprimorar as regras de aferição de conteúdo local
- Aplicar o conceito de bens de capital para o conjunto da cadeia de bens de capital e não apenas para o produto final.

C. Revisão das políticas e regras de ex-tarifário

- Definir setores e projetos prioritários
- Elaborar plano de fomento de produtos considerados estratégicos e viáveis de serem produzidos no Brasil com base no histórico dos ex-tarifários concedidos
- Adotar decomposição de sistemas para análise de cada equipamento

D. Definição de regras de conteúdo local mínimo para compra de bens de capital nos editais de concessões públicas

- Usar o setor de petróleo e gás como referência
- Priorizar os setores de energia e telecomunicações

E. Estabelecimento de margem de preferência para aquisição de bens de capital de origem nacional nas licitações públicas (Lei nº 12.349/10)

- Oferecer condições diferenciadas de financiamento de bancos públicos federais

F. Estabelecimento de isonomia dos produtos importados em relação aos nacionais

- Garantir o cumprimento de normas técnicas e de segurança brasileiras para bens de capital importados

G. Definição de Agendas Tecnológicas Setoriais (ATS)

- Identificar rotas tecnológicas emergentes nos vários subsetores da indústria
- Avaliar a viabilidade da produção em escala industrial dessas tecnologias

Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)/Complexo Eletroeletrônico

Coordenador: Virgílio Augusto Fernandes Almeida (MCTI)

Vice-coordenador: Nelson Akio Fujimoto (MDIC)

Diretrizes

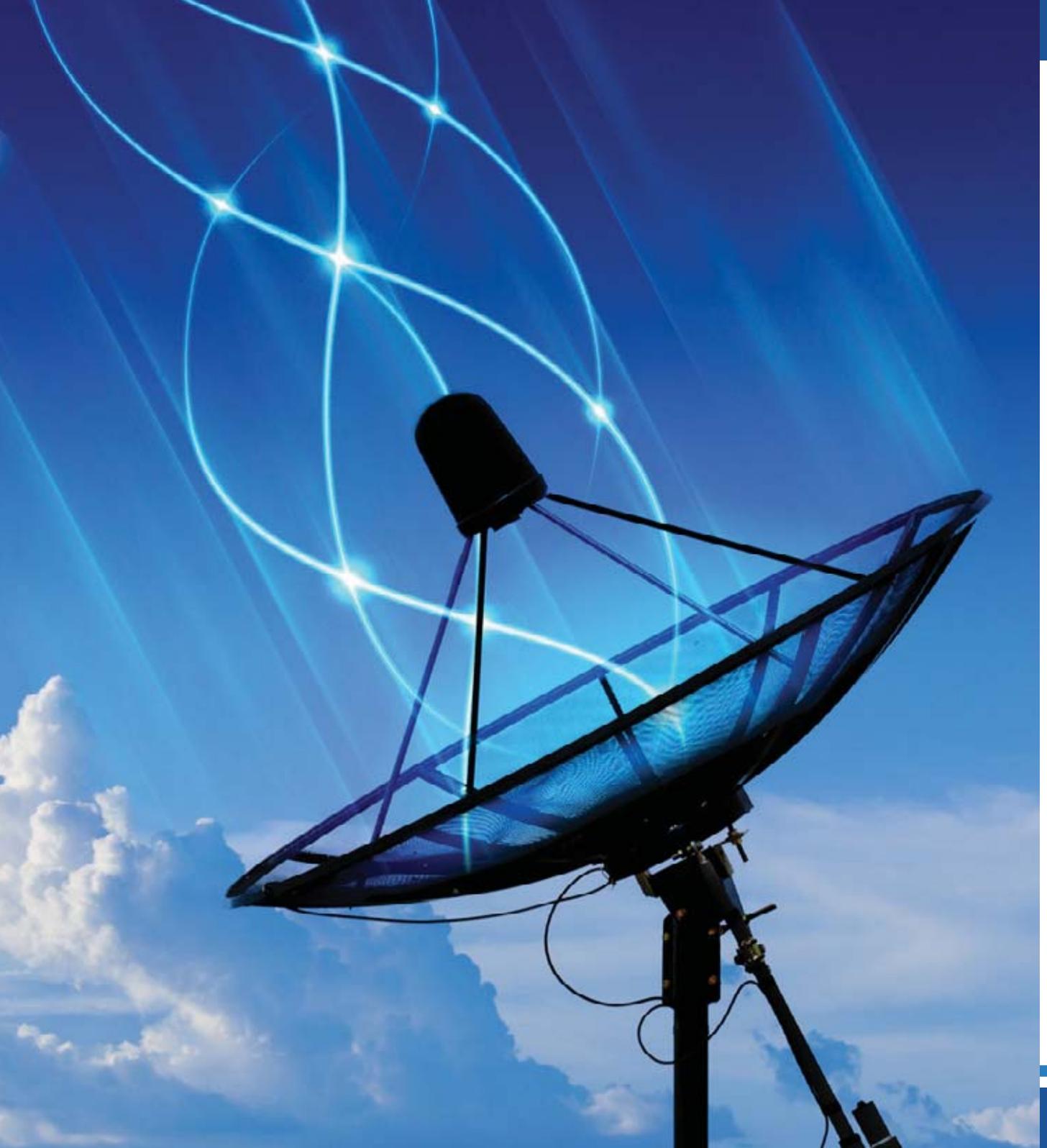
> Tecnologias da Informação e Comunicação

A. Elaboração e implementação do Programa de P,D&I para a indústria de TIC

- Consolidar o plano tecnológico para apoio a P,D&I, com a identificação de projetos estratégicos
- Implantar condições de financiamento diferenciadas para P,D&I das tecnologias identificadas
- Articular fontes de financiamento para o Programa

B. Estímulo ao adensamento produtivo e tecnológico

- Aperfeiçoar o regime especial de apoio à produção e desenvolvimento tecnológico da indústria de componentes estratégicos:
 - a. incluir os fornecedores de insumos e equipamentos dedicados e estratégicos no âmbito do Programa
 - b. fortalecer as *design houses* por meio da desoneração da folha de pagamentos
 - c. implantar o “despacho aduaneiro expresso” e alfândega 24x7 para o comércio exterior



- Agilizar a aprovação de projetos submetidos ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis)
- Atualizar o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para Têxtil Digital (PATVD)
- Reeditar o Regime Especial para Aquisição de Computadores para Uso Educacional (Recompe)
- Regulamentar a inclusão dos tablets-PCs na Lei do Bem
- Estimular o desenvolvimento de tecnologia nacional em projetos de infraestrutura
- Alinhar as ações das agências reguladoras em torno de áreas-chave, tais como telecomunicações, redes elétricas inteligentes e sistemas de rastreamento
- Estabelecer normas e certificações para garantir a qualidade e adequação dos produtos e tecnologias ao mercado brasileiro
- Estimular os investimentos produtivos e tecnológicos no segmento de componentes estratégicos (semicondutores e *displays*), incluindo a instalação de novas plantas industriais

C. Aprimoramento do registro de propriedade intelectual no Brasil

- Regulamentar a comercialização, cessão e direitos de uso de propriedade intelectual de inovações desenvolvidas com recursos de fundos públicos não-reembolsáveis
- Atrair para o País plantas e centros de P,D&I de empresas estrangeiras, assegurando a transferência de tecnologia e registro das patentes geradas no Brasil

D. Utilização do poder de compra governamental para estimular a indústria e o conteúdo tecnológico nacional

- Garantir o uso efetivo dos instrumentos legais de preferência para aquisição de bens de produção e/ou tecnologia nacional de acordo com dispositivos legais já disponíveis:
 - a. disseminar a utilização do Decreto 7.174/10 para aplicação imediata em compras públicas
 - b. utilizar margem de preferência para aquisição de produtos de TIC pelo governo
- Desenvolver a Certificação de Tecnologia Nacional em *Software* e *Serviços de TI*
- Alinhar as compras de grandes demandantes, de forma articulada com encomendas tecnológicas, para potencializar seus efeitos

E. Fortalecimento das empresas de tecnologia nacional

- Garantir a diversificação dos instrumentos de financiamento ao investimento para viabilizar a participação de risco em projetos selecionados
- Articular as várias fontes de financiamento disponíveis para projetos estratégicos
- Aprofundar mecanismos diferenciados de apoio a empresas de tecnologia nacional
- Ampliar alternativas de apoio financeiro para a exportação de produtos de TIC, serviços de TI e *softwares*

- Estruturar a participação brasileira nos fóruns nacionais e internacionais referentes à normatização na área de software e serviços de TI
- Incentivar a logística reversa e a reciclagem dos resíduos eletrônicos de produtos vendidos no Brasil, independentemente de sua procedência

F. Implementação de programa de qualificação de recursos humanos para TIC

- Atuar com amplo escopo: P,D&I/Produção, níveis técnico/superior, formação geral/oportunidades específicas de investimento e adequação de conteúdo didático às necessidades de mercado
- Ampliar a concessão de bolsas de estudo, a infraestrutura laboratorial e a cooperação internacional
- Ampliar a parceria entre setor privado e entes federados

G. Impulso ao desenvolvimento de TIC a partir de aplicações setoriais

- Promover o adensamento da cadeia da indústria brasileira de TIC com foco nas aplicações setoriais de redes elétricas inteligentes, rastreabilidade, saúde, educação, defesa, automobilística e segurança, estimulando a interação produtor-usuário
- Desenvolver Processo Produtivo Básico (PPB) para as demandas vinculadas a equipamentos e produtos utilizados nas redes elétricas inteligentes
- Articular a aplicação de recursos do Funttel e P&D Aneel para desenvolvimento de produtos e tecnologias nacionais para redes elétricas inteligentes

H. Incentivo à internacionalização e promoção comercial das empresas de *software*.

- Criar *hubs* internacionais de geração de negócios
- Desenvolver inteligência de mercado para o setor de *software* e serviços

> **Complexo Eletroeletrônico**

A. Linha branca

- Avaliar a continuidade da política de desoneração em vigor, com redução das alíquotas de IPI incidentes sobre os produtos da linha branca, com contrapartida de manutenção do número de postos de trabalho e investimentos em P,D&I no setor

B. Linha marrom

- Aumentar a exigência de valor agregado, condicionada ao adensamento na cadeia produtiva de semicondutores no País
- Incentivar atividades de P,D&I visando aos desafios de convergência tecnológica, novos materiais e TV digital interativa (contemplando equipamentos, ferramentas de geração e distribuição de conteúdo e novos modelos de negócio)

C. Portáteis

- Incentivar atividades de P,D&I no setor, focando novos materiais, novas funcionalidades e design

Bloco 2

Indústria Química

Coordenador: Gabriel Lourenço Gomes (BNDES)

Vice-coordenador: Alexandre Ribeiro Pereira Lopes (MDIC)

Diretrizes

A. Diversificação da produção local para segmentos estratégicos

- Implementar regime especial de tributação para a indústria química
- Identificar oportunidades de diversificação para a indústria química
- Avaliar a viabilidade de política de agregação de valor e insumos estratégicos para o setor químico
- Avaliar a revisão das alíquotas de importação de produtos químicos
- Fortalecer e garantir a aplicação isonômica de normas técnicas com relação aos produtos nacionais e importados

B. Incentivo aos investimentos em produtos químicos de origem renovável

- Priorizar os investimentos identificados no Plano Conjunto BNDES-Finep de Apoio à Inovação Tecnológica Industrial dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico (Paiss)

C. Redução de custos de matérias-primas

- Propor política para uso do gás natural como matéria-prima da indústria
- Avaliar a desoneração das matérias-primas químicas

D. Ampliação dos investimentos das empresas em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I)

- Implementar regime especial de tributação para a indústria química que estimule a inovação
- Criar alternativas para o compartilhamento de riscos tecnológicos e ampliar recursos para o financiamento à inovação em empresas
- Avaliar incentivos existentes para atração e ampliação de centros de P&D de empresas



Energias Renováveis

Coordenador: Gilberto Hollauer (MME)

Vice-coordenador: Alexandre Comin (MDIC)

Diretrizes

> Biodiesel

A. Ampliação do mercado consumidor

- Avaliar a desoneração da exportação de biodiesel

B. Adensamento produtivo e tecnológico das cadeias de valor

- Avaliar o potencial de desoneração tributária, nas esferas federal e estadual, de produtos industrializados a partir de matéria-prima agrícola
- Revisar o modelo de comercialização do biodiesel visando ao aumento da competição
- Revisar o modelo de negócio do setor
- Intensificar o investimento em P,D&I para desenvolvimento de oleaginosas com alto rendimento e potencialidade de uso na produção de biodiesel
- Intensificar o investimento em P,D&I para desenvolvimento de biodiesel a partir de novas matérias-primas (cana-de-açúcar, algas, sorgo etc) e rotas tecnológicas

C. Criação e fortalecimento de competências críticas

- Promover capacitação, assistência técnica e extensão rural na cadeia do biodiesel

> Bioetanol

A. Ampliação do mercado consumidor

- Analisar a competitividade do bioetanol
- Tornar permanente o mecanismo de estoques reguladores para prover estabilidade de preços durante todo o ano
- Ampliar a competitividade da bioeletricidade, visando uma maior injeção na rede elétrica
- Apoiar o desenvolvimento de novos produtos baseados no bioetanol por meio da álcoolquímica e de biorrefinarias
- Promover a padronização internacional do bioetanol
- Apoiar iniciativas para aumento da eficiência dos motores no uso do etanol, inclusive em veículos híbridos multi-combustíveis

B. Adensamento produtivo e tecnológico da cadeia de valor

- Propor a criação de linhas especiais para ampliar a produção de cana-de-açúcar
- Incentivar investimentos em novas usinas
- Melhorar a infraestrutura logística para o bioetanol

- Fomentar modelos inovadores de negócios de produção de energia a partir da cana-de-açúcar para aumento de sua eficiência energética
- Fomentar o desenvolvimento de tecnologias de colheita mecanizada para ampliação das áreas de cultivo de elevada declividade, bem como para a redução de perdas
- Incentivar o aumento da produtividade da primeira geração e fomentar a segunda geração de bioetanol
- Ampliar os programas de inovação e qualidade de processos agrícolas e industriais para o setor sucroenergético
- Avaliar o marco regulatório visando o aumento da eficiência da cadeia em todos os seus elos
- Aprimorar os mecanismos e programas de modernização para a indústria de bens de capital para o bioetanol
- Incentivar o desenvolvimento tecnológico para a produção de biodiesel a partir da cana-de-açúcar

C. Criação e fortalecimento de competências críticas

- Promover a formação e qualificação de recursos humanos para a cadeia de valor do bioetanol

> Energia Eólica

A. Ampliação do mercado consumidor

- Aperfeiçoar as regras para geração distribuída, de forma a facilitar a conexão com a rede e viabilizar a comercialização da energia
- Viabilizar os financiamentos de longo prazo para a microgeração com aerogeradores de pequeno porte
- Difundir informação sobre a energia eólica com aerogeradores de pequeno porte
- Estimular a utilização de componentes fabricados no Brasil
- Viabilizar o acesso à rede elétrica nas regiões de grande potencial eólico

B. Adensamento produtivo e tecnológico das cadeias de valor

- Fomentar o desenvolvimento dos diferentes elos da cadeia produtiva nacional para energia eólica
- Estimular investimentos em P,D&I para as diversas etapas da cadeia produtiva de aerogeradores de pequeno e grande porte
- Orientar os fundos setoriais para o avanço tecnológico do setor eólico
- Mitigar gargalos logísticos na construção de parques eólicos

C. Criação e fortalecimento de competências críticas

- Promover a capacitação de mão-de-obra técnica e científica
- Aumentar a inserção da tecnologia eólica na pesquisa e nos currículos acadêmicos

> Energia Solar

A. Ampliação do mercado consumidor

- Aperfeiçoar as regras para geração distribuída, que facilitem a conexão com a rede e a comercialização da energia
- Analisar a oportunidade da concessão de crédito de longo prazo para aquisição e instalação de equipamentos solares em geração distribuída

B. Adensamento produtivo e tecnológico das cadeias de valor

- Fomentar o desenvolvimento dos diferentes elos da cadeia produtiva nacional para energia solar e suas potenciais sinergias com outras cadeias
- Estimular investimentos em P,D&I para as diversas etapas da cadeia produtiva

C. Criação e fortalecimento de competências críticas

- Promover a capacitação de mão-de-obra técnica e científica



Indústria da Mineração

Coordenador: Carlos Nogueira da Costa Júnior (MME)

Vice-coordenador: Miguel Antônio Cedraz Nery (ABDI)

Diretrizes

A. Fortalecimento da atividade de mineração no País

- Ampliar o conhecimento geológico do território nacional em escala regional
- Estimular o investimento de risco para a descoberta de jazidas minerais
- Desenvolver mecanismos para o financiamento de prospectos minerais e projetos de mineração
- Atender a demanda por matéria-prima mineral da indústria de transformação
- Ampliar a produção de bens minerais com ênfase naqueles em que o País é dependente
- Desenvolver as cadeias produtivas de minerais destinados a produtos de alta tecnologia
- Promover a agregação de valor de produtos de base mineral

B. Promoção da inovação e do desenvolvimento tecnológico nacional na mineração

- Elevar os dispêndios públicos e privados em P,D&I
- Promover a inovação de processos e produtos no setor mineral

- Estimular o aumento da produtividade dos processos produtivos da mineração
- Fomentar a produção mais limpa e com maior eficiência energética
- Promover transferência de tecnologia para o fortalecimento das MPMEs de mineração e atração de empresas estrangeiras de base tecnológica

C. Adensamento produtivo na indústria de mineração

- Ampliar o conteúdo local na mineração e consolidação de empresas fornecedoras de bens e serviços
- Fortalecer programas para modernização de máquinas e equipamentos na mineração
- Estimular a cooperação entre empresas de mineração e empresas da cadeia de fornecimento de bens e serviços nas regiões mineradoras
- Ampliar das compras governamentais de serviços para o aumento do conhecimento geológico



Metalurgia

Coordenador: Tólio Édeo Ribeiro (MDIC)

Vice-coordenador: José Guilherme da Rocha Cardoso (BNDES)

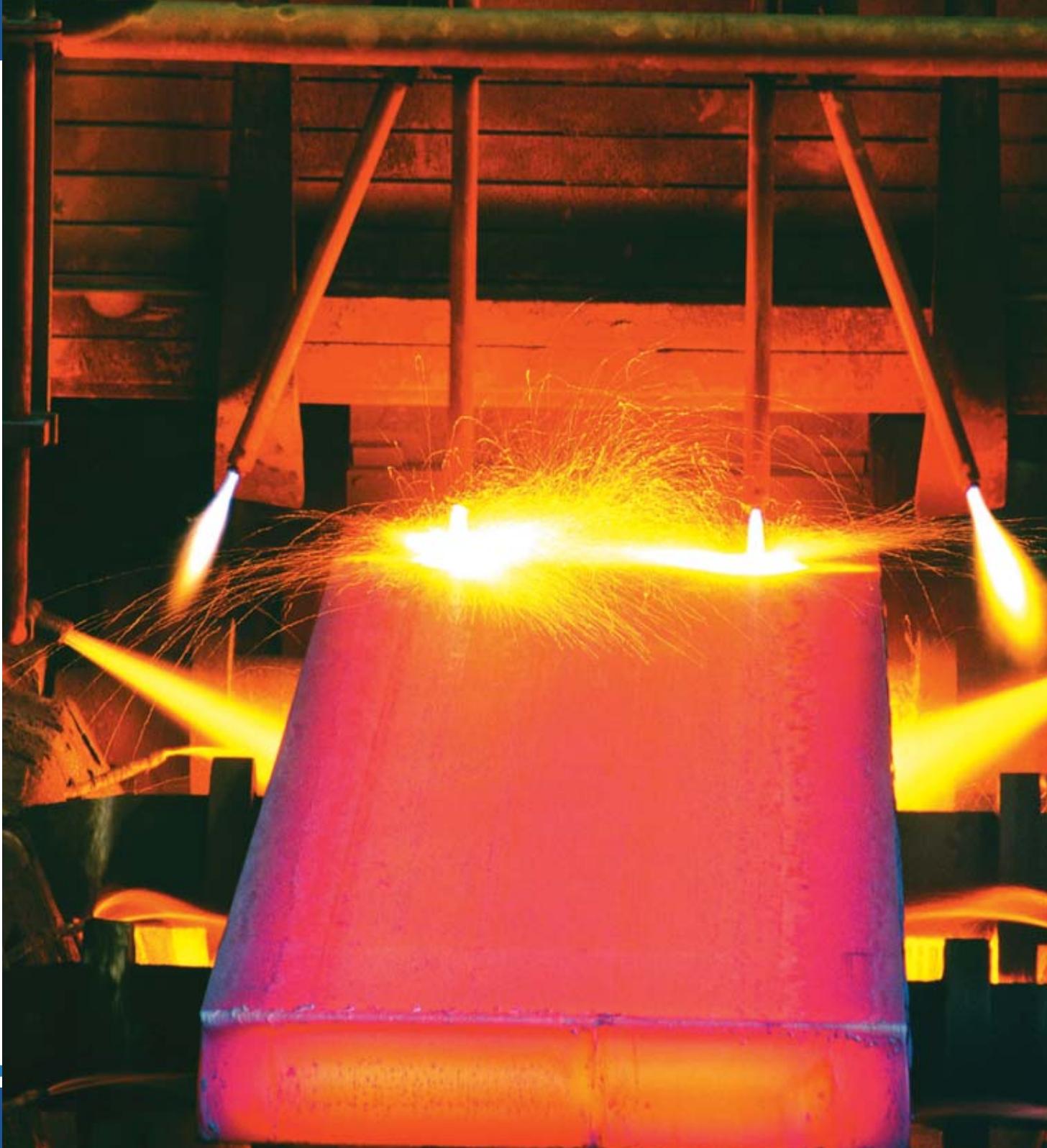
Diretrizes

A. Estímulo ao aumento da demanda por metais

- Apoiar programas governamentais que visem o aumento da demanda por produtos metalúrgicos nacionais
- Inserir os metais nas margens de preferência das compras governamentais, quando pertinente
- Estabelecer mecanismos que incentivem o conteúdo nacional em bens intensivos em metais, principalmente quando objeto de incentivos governamentais
- Combater as importações ilegais e/ou desleais e aquelas estimuladas por incentivos fiscais estaduais
- Fortalecer as exigências para que produtos metalúrgicos importados atendam às normas técnicas e ambientais nacionais

B. Adensamento da cadeia metalúrgica e elevar sua competitividade

- Reduzir o preço de energia e estimular a autogeração na indústria metalúrgica
- Ampliar a oferta de mão-de-obra qualificada
- Fortalecer a articulação institucional com órgãos responsáveis pela infraestrutura de transporte, visando soluções para os gargalos existentes



- Avaliar a ampliação da desoneração tributária sobre investimentos
- Desenvolver a cadeia de fornecedores de bens e serviços para a indústria metalúrgica
- Apoiar a pesquisa mineral visando à identificação e caracterização de ativos de carvão metalúrgico
- Desenvolver programa de atração de investimentos estratégicos

C. Promoção do desenvolvimento tecnológico e da inovação na metalurgia

- Elevar os investimentos públicos e privados em P,D&I
- Apoiar os projetos prioritários da Agenda Tecnológica Setorial junto aos órgãos de fomento
- Estimular projetos de desenvolvimento de novos materiais, de eficiência energética, de redução das emissões de gases do efeito estufa, de aproveitamento de resíduos e de uso da biomassa
- Desenvolver programa de absorção de novas tecnologias desenvolvidas no exterior

D. Posicionamento da indústria metalúrgica brasileira no mercado global

- Apoiar a internacionalização de empresas metalúrgicas brasileiras
- Fomentar a integração produtiva de projetos metalúrgicos eletrointensivos
- Expandir as exportações de metais e de produtos intensivos em metais
- Fortalecer o modelo de investimento focado em semiacabados para exportação para unidades do próprio grupo empresarial

Celulose e Papel

Coordenador: André Barros da Hora (BNDES)

Vice-coordenador: Tólio Édeo Ribeiro (MDIC)

Diretrizes

A. Consolidação da participação do Brasil no mercado global de celulose

- Fomentar o desenvolvimento de estrutura logística adequada para o transporte da madeira até a fábrica e da celulose até o porto para exportação

B. Desenvolvimento de fornecedores locais de equipamentos

- Criar mecanismos para o desenvolvimento de fornecedores de bens de capital para a indústria de papel e celulose

C. Fortalecimento da competitividade da indústria de papel

- Estruturar mecanismos que incentivem a integração de plantas de papéis às de celulose de mercado
- Estimular fusões, aquisições e parcerias
- Estimular a abertura de capital de empresas com porte adequado

D. Desenvolvimento de inovações tecnológicas

- Estimular o desenvolvimento de inovações tecnológicas em biorrefinaria na indústria de papel e celulose

Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos

Coordenadora: Júnia Casadei Lima Motta (ABDI)

Vice-coordenador: Alexandre Ribeiro Pereira Lopes (MDIC)

Diretrizes

A. Fortalecimento e adensamento da cadeia produtiva

- Incentivar a produção de insumos químicos nacionais
- Fortalecer a indústria de embalagens de vidro e plástico
- Apoiar a consolidação das empresas nacionais mais competitivas

B. Ampliação de mercados

- Estimular o aumento do acesso da população a produtos de prevenção à saúde e bem-estar
- Estimular a internacionalização das empresas
- Fortalecer os canais de venda e a consolidação das marcas

C. Estímulo ao investimento em P,D&I

- Adequar a Lei de Acesso à Biodiversidade
- Regularizar o uso de insumos orgânicos
- Aprimorar o arcabouço legal e regulatório
- Atrair centros de P,D&I e desenvolver produtos das empresas multinacionais no Brasil

- Aumentar o investimento em inovação

D. Estímulo ao investimento para modernização industrial

- Ampliar a capacidade e modernizar os processos produtivos
- Integrar os instrumentos de financiamento

E. Estímulo à qualificação profissional

- Aumentar a integração entre o setor privado e instituições de ensino e pesquisa
- Ampliar a oferta de profissionais com perfil adequado à demanda do setor privado



Bloco 3

Calçados, Têxtil e Confecções, Gemas e Jóias

Coordenadora: Regina Maria Silvério (ApexBrasil)

Vice-coordenadora: Talita Tormin Saito (MDIC)

Diretrizes

A. Ampliação do acesso da população aos produtos, com a manutenção da participação de mercado da indústria nacional

- Combater a concorrência desleal
- Ampliar o uso das margens de preferência nas compras governamentais

B. Aumento das exportações e diversificação da pauta exportadora

- Intensificar os esforços de inteligência e promoção comercial
- Capacitar as empresas para exportar
- Ampliar o acesso a mercados internacionais
- Fortalecer a Marca Brasil
- Aprimorar a infraestrutura para exportação

C. Formação de empresas de classe mundial

- Ampliar a penetração internacional de empresas brasileiras
- Fortalecer as marcas nacionais

D. Elevação da produtividade e da qualidade dos produtos

- Investir em melhoria da qualidade e da produtividade
- Investir em produtos e processos socioambientalmente corretos

E. Melhoria da integração entre os elos da cadeia de valor e com outros setores produtivos

- Implantar canais de acesso a informações estratégicas
- Criar mecanismos de interação

F. Incentivo aos segmentos intensivos em conhecimento e criatividade

- Incentivar o investimento em P,D&I
- Fomentar o uso do design como fator de diferenciação e aumento da competitividade setorial

G. Desenvolvimento, atração e retenção de talentos

- Promover a capacitação tecnológica, técnica e de gestão
- Incentivar políticas privadas para atração e retenção de talentos

H. Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e das MPEs

- Estimular a formalização de empresas
- Incentivar e fortalecer programas de capacitação de fornecedores
- Fortalecer a governança local
- Capacitar pessoal para a gestão de empresas

I. Ampliação do investimento em modernização do parque fabril

- Ampliar e divulgar linhas de financiamento
- Facilitar o acesso ao crédito

J. Aprimoramento do arcabouço normativo e regulatório

- Revisar, ampliar e disseminar as normas existentes
- Promover o acesso a programas de avaliação de conformidade

K. Alteração estratégica da trajetória tecnológica do setor

- Incentivar a adequação do parque fabril às necessidades de customização de produtos
- Incentivar a inovação em design, visando os novos atributos de competição: materiais, biônica, biomecânica, materiais “verdes” e meio ambiente
- Facilitar a articulação estratégica com o setor de bens de capital para viabilizar novas trajetórias tecnológicas



Móveis

Coordenador: Rogério Bellini dos Santos (ApexBrasil)

Vice-coordenador: Luiz Maurício de Araújo Navarro (MDIC)

Diretrizes

A. Identificação das novas tendências de consumo doméstico e internacional no setor

- Prospectar novas tendências de consumo no mercado doméstico e internacional
- Estabelecer um núcleo de inteligência, em conjunto com o setor privado, para acompanhar mudanças no mercado
- Identificar nichos internacionais de mercado ainda não explorados pelo produto brasileiro

B. Fortalecimento das ações de promoção e internacionalização do setor

- Apoiar a consolidação e difusão de marcas brasileiras no exterior
- Capacitar as MPMEs para exportação
- Estimular e apoiar a participação do setor em feiras e concursos internacionais com ênfase em design e tecnologia

C. Incentivo à ampliação do setor moveleiro para outros elos da cadeia produtiva

- Incentivar o elo fabricante a ampliar sua atuação na distribuição e varejo

- Sensibilizar as empresas sobre a importância de design próprio para agregação de valor

D. Inserção do setor moveleiro em políticas públicas já existentes

- Propor a inclusão do setor na política de compras governamentais do governo federal
- Negociar com os órgãos financiadores a inclusão do setor no Programa Minha Casa Minha Vida

E. Agregação de valor aos produtos nacionais

- Promover o design, a inovação e a produção sustentável, com o objetivo de diferenciar o produto brasileiro
- Identificar novos materiais e tecnologias
- Apoiar a criação e a divulgação de prêmios nacionais que incentivem o design, a utilização de novas tecnologias de produção e o uso de novos materiais
- Estabelecer, em conjunto com o setor privado, um selo de qualidade e de responsabilidade socioambiental

F. Fomento à capacitação em gestão e métodos de produção, inovação e design

- Identificar as necessidades de capacitação das empresas moveleiras nos APLs
- Divulgar e facilitar o acesso a linhas de crédito e programas existentes de estímulo à inovação
- Analisar, revisar, atualizar e difundir o sistema de normas

Construção Civil

Coordenador: Marcos Otávio Bezerra Prates (MDIC)

Vice-coordenador: Claudionel de Campos Leite (ABDI)

Diretrizes

A. Aumento do grau de industrialização

- Implantar a interoperabilidade técnica
- Promover a construção industrializada
- Apoiar as atividades de Tecnologia Industrial Básica (TIB), alinhadas ao Sistema Nacional de Normalização, Metrologia e Avaliação da Conformidade (Sinmetro)

B. Apoio ao atual ciclo de expansão da produção habitacional

- Desenvolver programas setoriais de competitividade para segmentos da indústria de materiais de construção
- Apoiar a intensificação do uso de TI na construção e na implantação do Sistema de Classificação da Informação da Construção
- Identificar e sistematizar as necessidades de qualificação de recursos humanos



Bloco 4

Agroindústria

Coordenador: Célio Brovino Porto (Mapa)

Vice-coordenadora: Rita de Cássia Milagres (MDIC)

Diretrizes

A. Promoção da inovação na agroindústria

- Apoiar investimentos em P&D para embalagens, novos produtos (café em porções e em cápsulas, leite com sabor, queijos especiais, novos cortes de carnes, produtos de conveniência, produtos com ingredientes naturais, entre outros) e processos (renovação de máquinas e equipamentos, automação, técnicas de manejo, entre outros)
- Disseminar técnicas e processos inovadores já existentes para a agroindústria e para a adequação das matérias-primas agrícolas e pecuárias
- Diversificar e fortalecer a produção de alimentos orgânicos, funcionais e nutracêuticos

B. Apoio à reestruturação e modernização industrial

- Propor condições de financiamento com taxas favoráveis para recuperação, ampliação e modernização do parque agroindustrial
- Desenvolver sistemas e mecanismos que promovam a produtividade e a sustentabilidade econômica, ambiental e social

C. Apoio à promoção da capacitação, formação e atualização em tecnologia agrícola, pecuária e agroindustrial

- Capacitar e qualificar mão de obra em todos os elos da cadeia agroindustrial
- Incentivar a gestão de qualidade, as boas práticas de produção e a melhoria na articulação e integração dos atores das cadeias produtivas
- Apoiar a formação de pessoal em cooperativismo e associativismo para aprimorar a inserção competitiva em diferentes mercados

D. Valorização da qualidade dos alimentos

- Melhorar as condições sanitárias
- Melhorar a segurança dos alimentos
- Apoiar a rastreabilidade e as práticas sustentáveis de produção
- Promover a certificação de qualidade, a denominação de origem geográfica e as marcas
- Melhorar a logística e a infraestrutura de transporte e fortalecer a rede de laboratórios analíticos
- Estimular o tratamento e/ou reuso de resíduos e tratamento de efluentes
- Modernizar a frota pesqueira para melhorar a conservação e a qualidade do pescado



E. Elaboração e revisão de políticas públicas que favoreçam a agregação de valor

- Avaliar os efeitos cumulativos da tributação ao longo da cadeia de valor
- Analisar a tributação de insumos utilizados na pecuária e agricultura no sentido de promover a isonomia
- Monitorar e garantir o abastecimento de insumos básicos da alimentação animal
- Priorizar a devolução de créditos decorrentes da exportação de produtos com maior valor agregado
- Combater o comércio e o abate ilegais de carnes e pescados

F. Apoio à inserção internacional de empresas

- Ampliar a negociação de acordos bilaterais de comércio para produtos agroindustriais
- Fortalecer marcas de produtos agroindustriais
- Intensificar a promoção comercial e a prospecção de novos mercados para produtos agroindustriais

Bloco 5

Comércio

Coordenador: Humberto Luiz Ribeiro da Silva (MDIC)

Vice-coordenadora: Ana Cristina Rodrigues da Costa (BNDES)

Diretrizes

A. Fortalecimento do setor e aumento da competitividade

- Intensificar a qualificação dos profissionais do comércio para melhorar a qualidade da prestação de serviços aos consumidores
- Ampliar a consciência de sustentabilidade econômica, social e ambiental

B. Ampliação e criação de competências tecnológicas e de negócios

- Apoiar parcerias para a adoção de novas tecnologias no varejo, tais como, etiquetas inteligentes e novos meios de pagamentos

C. Ampliação do acesso a bens e serviços de qualidade para a população e ocupação de novos mercados

- Incentivar a formalização de empresas como diferencial competitivo para ocupação de novos mercados
- Incentivar a certificação, a padronização e a disseminação de boas práticas entre as empresas do setor

D. Fortalecimento do desenvolvimento regional

- Incentivar o desenvolvimento do comércio de acordo com as vocações regionais

Serviços

Coordenador: Humberto Luiz Ribeiro da Silva (MDIC)

Vice-coordenadora: Ana Cristina Rodrigues da Costa (BNDES)

Diretrizes

A. Fortalecimento do setor e aumento da competitividade

- Intensificar a qualificação dos profissionais para melhorar a qualidade da prestação de serviços aos consumidores
- Sensibilizar os consumidores quanto à sustentabilidade econômica, social e ambiental

B. Ampliação e criação de competências tecnológicas e de negócios

- Incentivar as atividades e empresas com potencial para ingressar em mercados dinâmicos e apoiar o desenvolvimento de serviços intensivos em conhecimento
- Fomentar e incentivar o financiamento de intangíveis

C. Ampliação do acesso a bens e serviços de qualidade para a população e ocupação de novos mercados

- Incentivar a formalização de empresas como diferencial competitivo para ocupação de novos mercados
- Avaliar as relações de consumo para evolução do ambiente de negócios no País

- Incentivar a estruturação de polos de desenvolvimento com vocação para serviços
- Incentivar a certificação, padronização e disseminação de boas práticas entre as empresas do setor



Serviços Logísticos

Coordenador: Humberto Luiz Ribeiro da Silva (MDIC)

Vice-coordenador: Luiz Carlos Rodrigues Ribeiro (MT)

Diretrizes

A. Consolidação do planejamento estratégico nacional do setor de transportes

- Criar e manter uma estrutura de planejamento da logística de transportes, no Ministério dos Transportes (MT)
- Manter base de dados corporativa integrada em transportes no âmbito do MT e de seus órgãos vinculados

B. Aprofundamento do diagnóstico da cadeia logística ligada ao setor de transportes

- Realizar levantamentos periódicos de custos associados a toda a cadeia
- Otimizar os custos de transporte para melhorar a eficiência e a competitividade da economia nacional

C. Revisão da matriz de transportes de cargas

- Planejar e implantar os modais de transportes mais adequados às diversas situações de demanda e estimular o desenvolvimento e uso dos modais de maior eficiência energética
- Impulsionar a integração multimodal por meio de plataformas e projetos de interligação das malhas ferroviária, aquaviária e rodoviária

D. Promoção da preservação ambiental

- Considerar a seleção de modais de maior economicidade e de menor impacto ambiental, desde as ações de planejamento estratégico até a implantação e manutenção da infraestrutura logística



BRASIL MAIOR

Inovar para competir. Competir para crescer.

BRASIL  **MAIOR**

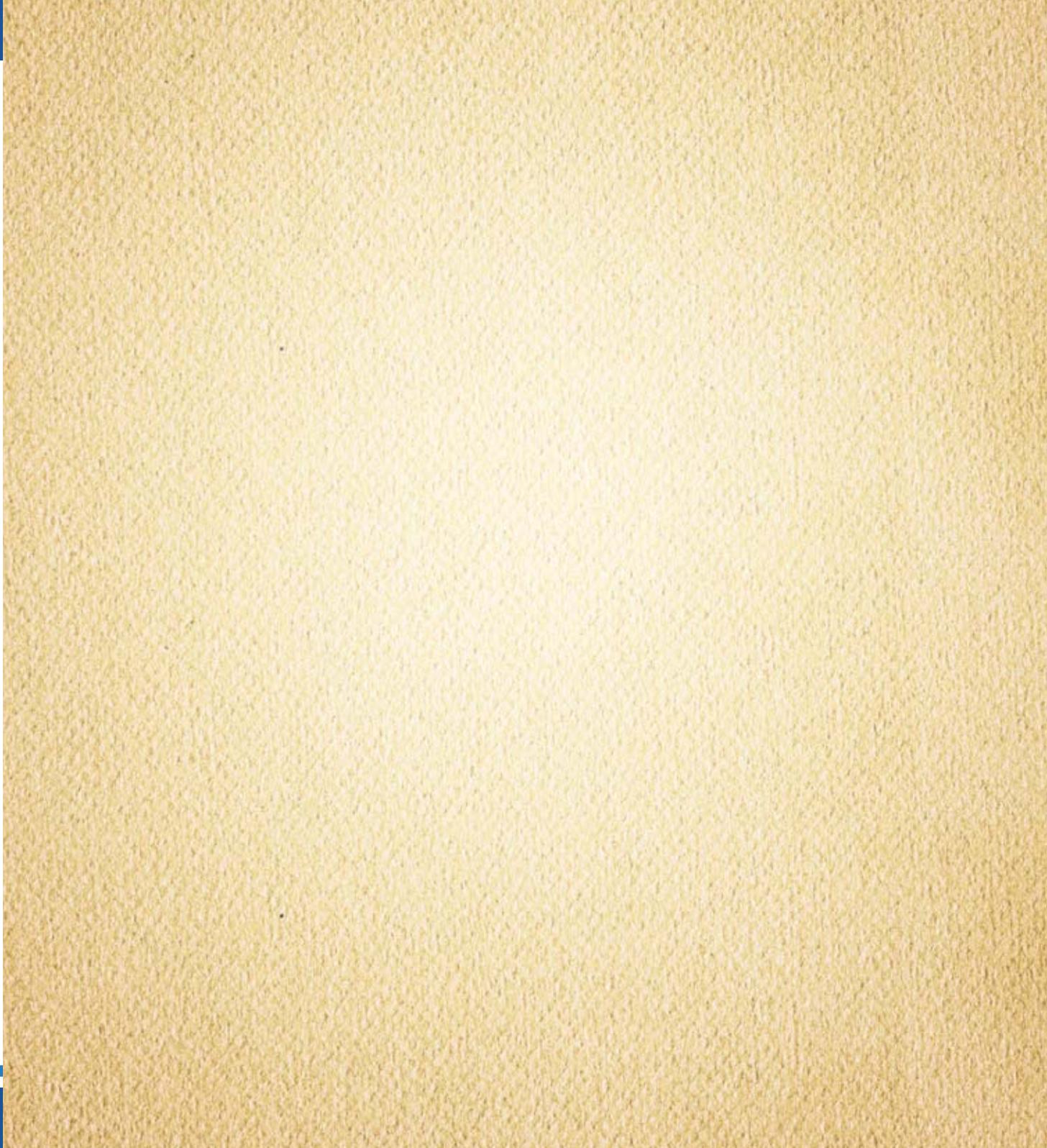
Inovar para competir. Competir para crescer.

ENCTI
Estratégia Nacional 2012-2013
Ciência, Tecnologia e Inovação

PIB
PLANO DE INOVAÇÃO DO BRASIL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

www.brasilmaior.mdic.gov.br



BRASIL  **MAIOR**

Inovar para competir. Competir para crescer.

ENCTI
Estratégia Nacional 2013-2015
Ciência, Tecnologia e Inovação

PIB
PLANO DE INOVAÇÃO DO BRASIL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

www.brasilmaior.mdic.gov.br